



SANCOR SEGUROS DO BRASIL S.A.

CNPJ. 17.643.407/0001-30

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Sancor Seguros do Brasil S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, acompanhadas do relatório dos auditores independentes.

Ambiente Econômico.

A Europa em recessão, a África em conflitos internos, a China desacelerando, a Rússia sem a Ucrânia e com problemas de liquidez, a guerra no Iraque, os Estados Unidos e outros países que estão se esforçando para sair da crise econômica; são sinais de que o Mundo está concentrado em gerar políticas macroeconômicas que permitam tomar a retomada do crescimento mundial. O Brasil sem dúvida, não escapou dos efeitos mundiais de uma desestabilização econômica e ficou abalado mais ainda com o conflito interno da maior petroleira do País -a Petrobras - e, talvez, o maior conhecido na história do mundo e do país principalmente.

Atualmente a inflação (IPCA) medida pela variação ultrapassa o teto da meta proposta para 2014 de 4,5% para 6,4% com um governo em constante pressão que tenta não ficar abalado pelos problemas internos nos quais se vê envolvido e que luta constantemente utilizando sua melhor ferramenta de controle, o aumento da taxa de juros para tentar assim controlar os efeitos inflacionários do mercado.

Vislumbra-se um aumento de preços nos setores: elétrico, gás e água e também agravados pela escassez de água que o país está vivendo especialmente no nordeste e centro sul do país e que pode ter influência nos itens relacionados à alimentação e que aprofunda o país, além de uma crise institucional interna numa luta econômica para tentar em 2015 controlar os efeitos inflacionários dos preços nos diferentes setores do mercado. O mercado já projeta inflação na faixa de 7,0 % em 2015.

No cenário de mercado, que incorpora dados da pesquisa realizada pelo Departamento de Relacionamento com Investidores e Estudos Especiais (Gerin) com um conjunto significativo de instituições, as projeções apontam inflação de 6,0% em 2015 e 4,9% em 2016 e pressupõe a manutenção da taxa de câmbio constante no horizonte de previsão em R\$2,55/US\$, e a meta para a taxa Selic em 11,75% ao ano (a.a.). Com respeito a Taxa Selic vemos em 2015 uma tendência

importante de aumento com o objetivo de manter principalmente o controle inflacionário pois quando o Banco Central aumenta os juros, estimula a poupança e encarece o consumo, controlando a demanda de forma a segurar a alta dos preços.

No que corresponde ao crescimento do PIB, a projeção para 2014, de acordo com o cenário de referência, é de 0,2% e de 0,6% isto devido a todos os fatores mencionados anteriormente.

O mercado de seguros brasileiro tem apresentado um crescimento de dois dígitos nos últimos anos mostrando assim uma excelente performance comparado com outros setores. O mercado espera que continue esta tendência. Em 2014 inclusive com o crescimento da economia de 0,2%, o mercado de seguros deve fechar o ano de 2014 com um crescimento entre 12% e 15% segundo informação da CNseg. Atualmente o mercado de seguros representa entre 3,5% e 4% do PIB o que demonstra que tem espaço para crescer ainda mais, o que sem dúvida dependerá das políticas do novo governo e da estabilidade da situação política e econômica atual que permita o maior acesso a bens de consumo e capital e por conseguinte as pessoas terão mais interesse em proteger o seu patrimônio.

O crescimento dos produtos de seguros gerais continua impulsionado pelo seguro de automóvel que permanece sendo o maior arrecadador de prêmios seguido pelos segmentos de seguros patrimoniais. Não podemos deixar de mencionar o segmento de seguros de pessoas que é o que está permitindo manter o equilíbrio e as margens do mercado devido aos menores índices de sinistralidade.

Os apontamentos dos economistas lembram que o governo terá que ter uma disciplina nos ajustes necessários, e também dar uma sinalização de mudanças que apontem a retomada do crescimento.

Reformulações Societárias

O Capital Social da Sancor Seguros do Brasil S.A. iniciou-se em 2014 com 16 milhões de reais e termina o ano com 31.5 milhões de reais dos quais 7 milhões ainda estão em aprovação por parte da Susep.

Prêmios Emitidos Líquidos

Os prêmios emitidos líquidos da Companhia totalizaram em 2014 o valor de R\$ 26,4 milhões.

Provisões Técnicas

As provisões técnicas totalizaram neste exercício de 2014 o valor a ser coberto de R\$10 milhões e a companhia tem com investimento em títulos vinculados, como ativos garantidores destas provisões o valor de R\$ 11,6 milhões.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro da companhia teve um resultado positivo em 7,08% sobre o valor dos prêmios ganhos.

Perspectivas

A companhia continuará na busca de crescimento com lucratividade, atuando com investimentos e qualificação dos processos de atendimento aos corretores, nossos clientes e sempre melhorando na gestão de custos administrativos.

Sendo assim, a companhia mantém-se firme em seu planejamento estratégico, na subscrição, gestão de riscos e nas oportunidades; mantendo a inovação tecnológica, e sempre melhorando o relacionamento com clientes, corretores, governos e comunidade em geral para cumprir assim com a filosofia da nossa matriz e os princípios que norteiam a Sancor Seguros do Brasil S.A.

Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos acionistas, corretores, fornecedores e segurados pelo apoio e pela confiança demonstrados, e aos funcionários e colaboradores manifestamos o nosso reconhecimento pela dedicação e pela qualidade dos serviços prestados. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades, em especial aos representantes da SUSEP.

Maringá, 27 de fevereiro de 2015

A Administração

Balanço patrimonial exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 - Em milhares de reais					Demonstração do resultado e Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 - Em milhares de reais, exceto quando indicado		
ATIVO	31.12.2014	31.12.2013	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31.12.2014	31.12.2013		
CIRCULANTE	32.126	9.274	CIRCULANTE	23.020	4.032		
Disponível	30	12	Contas a pagar	1.532	719	PRÊMIOS EMITIDOS LÍQUIDOS (NOTA 26.1)	26.490 3.900
Caixa e bancos (Nota 6)	30	12	Obrigações a pagar (Nota 17)	464	379	VARIAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS DE	
Aplicações	14.556	5.786	Impostos e encargos sociais a recolher (Nota 18.1)	534	134	PRÊMIOS (NOTA 26.2)	(8.260) (2.214)
Títulos de renda fixa (Nota 7.1)	14.556	5.786	Encargos trabalhistas (Nota 18.2)	477	181	PRÊMIOS GANHOS (NOTA 26.3)	18.230 1.686
Créditos das operações com seguros e resseguros	10.166	2.168	Impostos e contribuições (Nota 18.3)	56	25	SINISTROS OCORRIDOS (NOTA 26.4)	(7.531) (632)
Prêmios a receber (Nota 8.1)	9.637	2.168	Outras contas a pagar (Nota 18.4)	1	-	CUSTOS DE AQUISIÇÃO (NOTA 26.5)	(4.533) (487)
Operações com resseguradoras (Nota 9)	529	-	Débitos das operações com seguros e resseguros	6.280	751	OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	
Ativos de resseguro - Provisões técnicas	3.745	177	Prêmios a restituir (Nota 19)	3	-	OPERACIONAIS (NOTA 26.6)	(771) (100)
Prêmio de resseguro diferido (Nota 9.1)	2.764	163	Operações com resseguradoras (Nota 20)	3.948	163	RESULTADO COM RESSEGURO (NOTA 26.7)	(2.781) (125)
Sinistros de resseguros (Nota 9.1)	348	1	Corretores de seguros e resseguros (Nota 21)	2.174	585	Receita com Resseguro	1.632 13
IBNR-Sinistros ocorridos e não avisados (Nota 9.1)	585	13	Outros débitos operacionais (Nota 22)	155	3	Despesa com Resseguro	(4.413) (138)
Provisão de despesas relacionadas (Nota 9.1)	48	-	Depósitos de terceiros	9	-	DESPESAS ADMINISTRATIVAS (NOTA 26.8)	(13.872) (7.576)
Títulos e créditos a receber	851	267	Prêmios e emolumentos recebidos (Nota 23)	9	-	DESPESAS COM TRIBUTOS (NOTA 26.9)	(866) (230)
Títulos e créditos a receber (Nota 10.1)	696	233	Provisões técnicas - seguros	15.199	2.562	RESULTADO FINANCEIRO (NOTA 26.10)	1.291 506
Créditos tributários e previdenciários (Nota 10.2)	111	14	Provisão de prêmios não ganhos (Nota 24)	10.474	2.214	RESULTADO OPERACIONAL	(10.833) (6.958)
Outros créditos (Nota 10.3)	44	20	Provisão de sinistros a liquidar (Nota 24)	2.133	94	RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E	
Despesas antecipadas (Nota 11)	619	287	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (Nota 24)	2.352	234	PARTICIPAÇÕES	(10.833) (6.958)
Custo de aquisição diferidos (Nota 12)	2.159	577	Provisão de despesas relacionadas (Nota 24)	240	20	IMPOSTO DE RENDA (NOTA 27)	2.651 1.718
ATIVO NÃO CIRCULANTE	11.494	5.319	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	20.600	10.561	CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (NOTA 27)	1.591 1.031
Realizável a longo prazo	6.990	2.749	Capital social (Nota 25)	24.500	9.000	PARTICIPAÇÕES SOBRE O	
Títulos e créditos a receber	6.990	2.749	Aumento de capital em aprovação (Nota 25)	7.000	7.000	RESULTADO (NOTA 28)	(64) (36)
Créditos tributários e previdenciários (Nota 13)	6.990	2749	Capital a realizar (Nota 25)	-	(1.194)	PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(6.655) (4.245)
Investimentos	37	2	Prejuízo acumulado	(10.900)	(4.245)	QUANTIDADE DE AÇÕES	31.500.000 16.000.000
Participações societárias - não financeiras (Nota 14)	37	2				PREJUÍZO POR AÇÃO - R\$	(0,21) (0,27)
Imobilizado	843	419				NOTA: NÃO EXISTEM OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES.	
Bens móveis (Nota 15)	843	419				As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras	
Intangível	3.624	2.149					
Intangível (Nota 16)	3.624	2.149					
TOTAL DO ATIVO	43.620	14.593	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	43.620	14.593		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto		
Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 - Em milhares de reais		
	31.12.2014	31.12.2013
Prejuízo do exercício	(6.655)	(4.245)
Ajustes Para		
Depreciação do imobilizado	210	71
Amortização do intangível	474	132
Ativo fiscal diferido	(4.242)	(2.749)
Variação das Contas Patrimoniais		
Ativos financeiros	(8.770)	(5.786)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(7.999)	(2.168)
Ativos de Resseguro	(3.568)	(177)
Títulos e créditos a receber	(585)	(267)
Despesas antecipadas	(331)	(287)
Custos de Aquisição Diferidos	(1.582)	(577)
Impostos e encargos sociais a recolher	697	315
Impostos e contribuições	31	25
Outras contas a pagar	86	379
Depósitos de terceiros	9	-
Débitos de operações com seguros e resseguros	5.529	751
Provisões técnicas - seguros e resseguros	12.637	2.562
Caixa aplicado nas operações	(14.059)	(12.021)
Caixa líquido aplicado nas operações	(14.059)	(12.021)
Investimentos	(34)	(2)
Imobilizado	(634)	(490)
Intangível	(1.949)	(2.281)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(2.617)	(2.773)
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	16.694	14.806
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	16.694	14.806
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	18	12
Caixa no início do período	12	-
Caixa no fim do período	30	12
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	18	12

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 - Em milhares de reais				
	Capital Social	Aumento de Capital em aprovação	Prejuízos acumulados	Total
EM 1 DE JANEIRO DE 2013	-	-	-	-
Constituição do capital social	9.000	7.000	-	16.000
Capital a realizar	-	(1.194)	-	(1.194)
Prejuízo no exercício	-	-	(4.245)	(4.245)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	9.000	5.806	(4.245)	10.561
Constituição do capital social (Nota 3.14 e 25)	15.500	(5.806)	-	9.694
Capital em aprovação (Nota 3.14 e 25)	-	7.000	-	7.000
Prejuízo no exercício	-	-	(6.655)	(6.655)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	24.500	7.000	(10.900)	20.600

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 - Em milhares de reais

1. Contexto operacional: A SANCOR Seguros do Brasil S.A. (doravante “Seguradora” ou “Companhia”) foi constituída em 6 de setembro de 2012, conforme Ata de Assembleia Geral de Constituição, e foi autorizada a operar pela Portaria SUSEP no 5.031, de 20 de dezembro de 2012. A Seguradora é uma sociedade por ações de capital fechado com sede e escritório localizados na Av. XV de Novembro, 871 - Sala 01, Zona 1, Maringá, Estado do Paraná - Brasil. O controle acionário e a gerência efetiva nos negócios da Seguradora são exercidos pela SANCOR Seguros Participações S.A., sociedade constituída e existente de acordo com as leis brasileiras. A SANCOR Seguros Participações S.A. detém 100% do capital social da Seguradora. A Seguradora tem por objeto social operar e explorar seguros de danos e de pessoas em todo território nacional, sobretudo nos seguintes grupos de ramos: • Patrimonial; • Pessoas Coletivo; • Pessoas Individual. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelos acionistas da Seguradora em reunião realizada dia 18 de fevereiro de 2015.

2. Apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, associadas

às normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo regulador, e estão sendo apresentadas segundo critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela Circular SUSEP nº 483 de 6 de janeiro de 2014, e alterações posteriores que instituiu o novo plano de contas e o modelo de publicação das demonstrações financeiras das Seguradoras, com adoção a partir de 1º de janeiro de 2013. A Seguradora não está apresentando a demonstração do resultado abrangente, tendo em vista que não existem outros itens além do resultado do exercício. As demonstrações financeiras foram preparadas seguindo os princípios da convenção do custo histórico, modificada pela avaliação de ativos financeiros na categoria de “Avaliados ao valor justo através do resultado”. As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a premissa de continuidade dos negócios da Seguradora em curso normal de seus negócios no Brasil. A Seguradora revisa essas estimativas e premissas periodicamente e, quando necessário, são ajustadas para melhor refletir sua situação financeira e patrimonial. 2.1. Normas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor:

continua...

...continuação

SANCOR SEGUROS DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 - Em milhares de reais

a) IFRS 9 Instrumentos Financeiros - Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, que reflete todas as fases do projeto de instrumentos financeiros e substitui a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A norma introduz novas exigências sobre classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge. A adoção da IFRS 9 terá efeito sobre a classificação e mensuração dos ativos financeiros do Grupo e serão quantificados quando da sua aprovação pela SUSEP. b) Circular SUSEP nº 508 - Em 9 de janeiro de 2015 foi divulgada a Circular SUSEP nº 508 dispondo sobre as normas contábeis aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2015. A Seguradora está avaliando os impactos para tomar as ações necessárias para cumprimento dos prazos estipulados pelo órgão regulador. 2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Seguradora atua (“moeda funcional”). A moeda funcional da Seguradora é o Real, também utilizada na apresentação das demonstrações financeiras.

3. Resumo das principais políticas contábeis: As principais políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras da Seguradora estão demonstradas a seguir. Estas políticas foram aplicadas consistentemente no semestre apresentado. 3.1. Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. 3.2. Ativos financeiros: As aplicações financeiras são efetuadas em títulos de renda fixa públicos e privados, e de acordo com a Circular SUSEP no 483/2014 e normas específicas do CMVn, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de sua negociação, em quatro categorias específicas: (i) Classificação: A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros. (a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado - São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante. No ano a Seguradora não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos. (b) Empréstimos e recebíveis - São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante. Em 31 de dezembro de 2014 compreendem em caixa e equivalentes de caixa, a conta prêmios a receber de clientes e a conta de créditos de resseguros. (c) Ativos financeiros disponíveis para venda - São avaliados pelo valor justo, os seus rendimentos intrínsecos reconhecidos na demonstração do resultado e os ganhos e perdas, decorrentes das variações do valor de mercado, ainda não realizados, reconhecidos no patrimônio líquido, líquidos dos correspondentes efeitos tributários. Nas datas de negociação dos títulos, os ganhos e perdas são transferidos para o resultado. Em 31 de dezembro de 2014, não haviam títulos classificados nessa categoria. (d) Ativos financeiros mantidos até o vencimento - Aqueles para os quais a administração possui a intenção e a capacidade financeira para manter até o vencimento são contabilizados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos fechamentos dos balanços. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxos de caixa, desconsiderando a possibilidade de venda desses títulos. Em 31 de dezembro de 2014, não haviam títulos classificados nessa categoria.

(ii) Reconhecimento e mensuração - As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Seguradora se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados na demonstração do resultado. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado em “Resultado financeiro”, respectivamente, no período em que ocorrem. Para os ativos financeiros classificados como “Disponíveis para venda”, quando aplicável, essas variações são registradas na rubrica “Outros resultados abrangentes”, no patrimônio líquido, até o momento da liquidação do ativo financeiro, quando, por fim, são reclassificadas para o resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2014 a seguradora não mantinha títulos registrados como disponíveis para venda. (iii) Ativos financeiros avaliados ao custo amortizado (incluindo prêmios a receber de segurados): A Seguradora avalia se há evidência de que um determinado ativo classificado na categoria, empréstimos ou recebíveis (ou se um grupo de ativos) esteja deteriorado ou “impaired”. Para avaliação de *impairment* de ativos financeiros classificados nesta categoria a Seguradora reconhece os valores de perdas incorrida decorrentes dos valores a receber há mais de 60 dias, independente de existirem outros valores a receber de determinado devedor, conforme orientação da Circular SUSEP 483/2014. Os ativos individualmente significativos que são avaliados para *impairment* em uma base individual não são incluídos na base de cálculo de *impairment* coletivo. A Seguradora designa os prêmios a receber para acesso de *impairment* nesta categoria elimina eventos de cancelamento de apólices não diretamente associados com perdas originadas por fatores de risco de crédito, tais como cancelamentos, baixa dos ativos por sinistros, emissões incorretas ou modificações de apólices solicitadas por corretores que resultam na baixa do ativo em conformidade com a Circular SUSEP nº 483/2014. 3.3. Ativos não financeiros: Ativos não financeiros sujeitos a depreciação ou amortização (incluindo ativos intangíveis não originados de contratos de seguros) são avaliados para *impairment* quando ocorram eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo não seja recuperável. Uma perda para *impairment* é reconhecida no resultado para o valor pelo qual o valor contábil do ativo exceda o valor recuperável do ativo. 3.4. Ativos intangíveis - outros intangíveis: (a) *Softwares* - Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Seguradora, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos: (i) é tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso; (ii) a administração pretende concluir o *software* e usá-lo ou vendê-lo;

(iii) o *software* pode ser vendido ou usado; (iv) o software gerará benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados; (v) estão disponíveis recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software; e (vi) o gasto atribuído ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em exercício subsequente. Os custos durante sua vida útil estimada (vida útil definida), não superior a cinco anos e são alocados as suas respectivas unidades geradoras de caixa e avaliados para *impairment* periodicamente pela Seguradora. (b) Licenças de uso de *software* adquiridos - As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de até cinco anos. 3.5. Imobilizado: O custo do ativo imobilizado é reduzido por depreciação acumulada do ativo até a data de preparação das demonstrações financeiras. O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso. Gastos subsequentes são capitalizados ao valor contábil do ativo imobilizado ou reconhecido como um componente separado do ativo imobilizado somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com o item do ativo irão fluir para a Seguradora e o custo do ativo possa ser avaliado com confiabilidade. A depreciação de outros itens do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear e conforme o exercício de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas pela Seguradora estão divulgadas na Nota 15. O valor residual dos ativos e a vida útil dos bens são revisados, e ajustados, se necessário, a cada data de balanço. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é baixado imediatamente se o valor recuperável do ativo é inferior ao seu valor contábil. 3.6. Classificação de contratos de seguro e contratos de investimento: Na adoção do CPC 11 (equivalente ao IFRS 4), a Seguradora efetuou o processo de classificação de todos os contratos de seguro e resseguro com base em análise de transferência de risco significativo de seguro entre as partes no contrato, considerando adicionalmente, todos os cenários com substância comercial onde o evento segurado ocorre, comparado com cenários onde o evento segurado não ocorre. A Seguradora emite diversos tipos de contratos de seguros em diversos ramos que transferem risco de seguro, risco financeiro ou ambos. Como guia geral, a Seguradora define risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios adicionais significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro (com substância comercial) que são maiores do que os benefícios pagos caso o evento segurado não ocorra. Contratos de investimento são aqueles contratos que não transferem risco de seguro ou transferem risco de seguro insignificante. A Seguradora não identificou contratos classificados como “contratos de investimento” na aplicação do CPC 11 (equivalente ao IFRS 4). Os contratos de resseguro também são classificados segundo os princípios de transferência de risco de seguro do CPC 11 (equivalente ao IFRS 4). Os contratos de resseguro que não atendem à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11 (equivalente ao IFRS 4) são classificados como ativos financeiros. Todos os contratos de resseguro foram classificados como contratos de seguro por transferirem risco significativo de seguro entre as partes no contrato. 3.7. Passivos oriundos de contratos de seguros: A Seguradora utilizou as diretrizes do CPC 11 para avaliação dos contratos de seguro na adoção inicial dos CPC. Segundo o CPC 11, a Seguradora utilizou a isenção de aplicar as políticas contábeis anteriores, ou seja, BR GAAP (políticas e práticas contábeis adotadas no Brasil que estão relacionadas abaixo) utilizada para avaliação dos passivos de contratos de seguro e ativos de contratos de resseguro. Além da utilização desta isenção, a Seguradora aplicou as regras de procedimentos mínimos para avaliação de contratos de seguro tais como: (i) teste de adequação de passivos, (ii) avaliação de nível de prudência utilizado na avaliação de contratos de seguro, dentre outras políticas contábeis previstas e permitidas segundo o CPC 11 para uma entidade que adota essas normas pela primeira vez. As provisões técnicas são constituídas de acordo com as determinações do CNSP e da Superintendência de Seguros Privados (“SUSEP”), de acordo com as Circulares 462 de 2013 e 469 de 2013, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTA), descritas a seguir: (i) A provisão de prêmios não ganhos (PPNG) é constituída pelo valor dos prêmios de seguros brutos correspondente ao período ainda não decorrido de cobertura do risco, calculada linearmente pelo método “pro rata die” para todos os riscos emitidos na data base de cálculo. A PPNG inclui valor correspondente aos riscos vigentes mais ainda não emitidos (PPNG RVNE). Devido ao pouco tempo de operação, a estimativa da PPNG RVNE é feita com base na Circular SUSEP nº 485 de 2014 para a maioria dos ramos. Caso a experiência de atraso já se afaste dos percentuais da Circular 485 de 2014, a estimativa é feita com base no percentual histórico mensal de emissões em atraso relacionadas a esses riscos. (ii) A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída por estimativa, caso a caso, de pagamentos prováveis, brutos de resseguidos, determinada com base nos avisos de sinistros recebidos até a data do balanço. Os valores provisionados são calculados a partir dos valores reclamados pelos segurados, de acordo com o estabelecido na Nota Técnica de PSL. Devido ao pouco tempo de operação, a mensuração da estimativa de PSL ainda não considera o ajuste dos sinistros ocorridos e não suficientemente avisados-IBNR, que é apurado considerando o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, refletindo a expectativa de alteração do montante provisionado ao longo do processo de regulação. (iii) A Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR) é constituída para todos os ramos de atuação da Seguradora, com base na aplicação dos percentuais definidos na Circular SUSEP nº 485 de 2014, devido ao pouco tempo de operação. (iv) A provisão de despesas relacionadas (PDR) é composta de duas parcelas: a PDR (IBNR), que significa a estimativa de despesas diretas para os sinistros ocorridos e não avisados, estimada de forma agregada e a PDR (PSL), que significa a estimativa de despesas diretas para os sinistros avisados e ainda não pagos. Também estimada de forma agregada e comparada com as despesas avisadas, constituídas caso a caso, de acordo com cada sinistro avisado e segue os mesmos procedimentos operacionais dos sinistros avisados. Para a obtenção da parcela da provisão de despesas relacionadas a sinistros, referente ao IBNR, aplica-se o percentual histórico de despesas com sinistro sobre as provisões correspondentes. Este percentual será aplicado também a PSL gerando a estimativa de PDR dos sinistros ocorridos e já avisados. Se a PDR (PSL) estimada for inferior às despesas já avisadas, usamos o

montante de despesas já avisadas como a parcela de PDR (PSL). Se for superior, adotamos o próprio valor da parcela de PDR (PSL) que será somada a parcela de PDR (IBNR) de forma a gerar a PDR total a ser constituída. (v) As receitas de comercialização de contratos de resseguro e custos de originação dos contratos (DAC) são amortizados no decorrer do prazo de vigência das apólices. 3.7.1. Teste de adequação dos passivos (TAP): Conforme requerido pelo CPC 11 e pela Circular SUSEP nº 457/2012, a Companhia elaborou o teste de adequação dos passivos (TAP) para todos os contratos em curso na data de execução do teste com o objetivo de avaliar na data-base das demonstrações financeiras, as obrigações decorrentes dos contratos de seguros. O teste de adequação de passivos levou em consideração todos os riscos assumidos até a data-base do teste, sendo brutos de resseguro. O resultado do TAP é apurado pela diferença entre o valor presente das estimativas dos fluxos de caixa das obrigações futuras que venham a surgir no cumprimento das obrigações dos contratos de seguro e a soma contábil das provisões técnicas, na data-base, deduzida dos ativos intangíveis e dos custos de aquisição diferidos diretamente relacionados aos contratos de seguros. As estimativas correntes dos fluxos de caixa foram trazidas a valor presente com base na estrutura a termo das taxas de juros (ETTJ) livre de risco divulgada pela SUSEP, utilizando o indexador de taxa pré-fixada. Na projeção dos fluxos de caixa foram considerados os prêmios futuros, os sinistros ocorridos e ainda não pagos, os sinistros a ocorrer de prêmios já registrados e de prêmios futuros, despesas administrativas, e as despesas relacionadas a liquidação dos sinistros. Para este teste, os contratos são agrupados em uma base com características de risco similares, considerando separadamente o grupo de ramo de Danos e de Pessoas. O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo a sinistros ocorridos, já refletido pela expectativa de despesas alocáveis a sinistros e ressarcimentos, foi comparado as provisões técnicas de sinistros ocorridos que inclui os sinistros a liquidar (PSL), os sinistros ocorridos e não avisados (IBNR) e as despesas relacionadas (PDR). O valor presente esperado do fluxo relativo a sinistro a ocorrer, relativo a apólices vigentes e prêmios já registrados, acrescido das despesas administrativas e outras despesas e receitas foi comparado a soma das provisões técnicas - PPNG e PPNG-RVNE. O valor presente do fluxo de caixa de sinistros a ocorrer, relativo a prêmios futuros, acrescido das despesas administrativas e outras despesas e receitas foi comparado com o valor presente do fluxo de caixa dos prêmios futuros. O resultado do teste de adequação dos passivos, realizado para a data-base de 31 de dezembro de 2014, demonstrou uma suficiência das provisões técnicas constituídas naquela mesma data-base, não indicando a necessidade de constituição da Provisão Complementar de Cobertura (PCC) nem de ajustes adicionais às provisões constituídas. 3.7.2. Custos de aquisição: Os custos de comercialização e as receitas de comissão de resseguro são registradas quando da emissão da apólice e reconhecidas no resultado segundo o transcorrer da vigência do período de cobertura do risco, através da constituição do diferimento das despesas e receitas de comercialização. 3.8. Contas a pagar: As obrigações a pagar são inicialmente reconhecidas ao valor justo de mercado e quaisquer efeitos significativos de ajuste a valor presente são reconhecidos segundo o método da taxa efetiva de juros até a data de liquidação. 3.9. Benefícios a empregados: A Seguradora possui programa participação nos lucros de acordo com o disposto na Lei no 10.101/2000, devidamente acordado com os funcionários e outros benefícios de curto prazo (Nota 28). 3.10. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido: A contribuição social foi constituída pela alíquota de 15%, conforme disposto na Medida Provisória no 413/08 convertida na Lei no 11.727 de 23 de junho de 2008. O imposto de renda foi constituído pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excedem R\$ 240 mil no exercício. Os créditos tributários, decorrentes de diferenças temporárias entre os critérios contábeis e os fiscais de apuração de resultados, são registrados no exercício de ocorrência do fato e são calculados com base nas alíquotas de 15% e 25%. As contribuições para o PIS são provisionadas pela alíquota de 0,65% e para a COFINS pela alíquota de 4%, na forma da legislação vigente. A despesa de imposto de renda e contribuição social dos períodos reportados inclui as despesas de impostos correntes e os efeitos de tributos diferidos. A Seguradora reconhece no resultado do período os efeitos dos impostos de renda e contribuição social, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, onde nestes casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido. Os impostos diferidos são reconhecidos utilizando-se o método dos passivos (ou *liability method*) segundo o CPC 32 sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e valores contábeis respectivos destes ativos e passivos. As taxas utilizadas para constituição de impostos diferidos são as taxas vigentes na data de preparação do balanço patrimonial. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. 3.11. Outras provisões, ativos e passivos contingentes: As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando de: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras. 3.12. Arrendamentos: A Seguradora não manteve operações de arrendamento mercantil durante o exercício. 3.13. Capital social: As ações emitidas pela Seguradora são classificadas como um componente do patrimônio líquido quando a Seguradora não possuir a obrigação de transferir caixa ou outros ativos para terceiros. Custos incrementais, diretamente atribuíveis à emissão das ações próprias são registrados no patrimônio líquido, deduzidos dos recursos recebidos. 3.14. Aumento do capital social em aprovação: No ano de 2014 foi aprovado pela SUSEP o aumento de capital de R\$ 7.000 (sete milhões de reais) realizado no ano de 2013. Em 24 de fevereiro de 2014, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária (AGE), aprovando a emissão de 8.500 (oito milhões e quinhentas mil) novas ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, perfazendo o valor total de emissão de R\$ 8.500 (oito milhões e quinhentos mil reais). Em 19 de agosto de 2014, foi realizada AGE para nova subscrição e integralização de capital, no valor de R\$ 7.000 (sete milhões de reais) em 7.000 (sete milhões) de novas ações ordinárias e nominativas. Em 16 de setembro de 2014 foi aprovado pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP o aumento do capital social em R\$ 8.500 elevando-o para R\$ 24.500 dividido em 24.500.000 ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$ 1.

...continua...



...continuação

SANCOR SEGUROS DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 - Em milhares de reais

3.15 Apuração de resultado: 3.15.1 Apuração de receita e despesas: O resultado é apurado pelo regime de competência e considera: (i) os prêmios de seguros e as despesas de comercialização, contabilizados por ocasião da emissão das apólices ou faturas e reconhecidos nas contas de resultados, pelo valor proporcional no prazo de vigência do risco; (ii) as receitas e despesas de prêmios e comissões relativas a responsabilidades repassadas a outros resseguradores, pelo regime de competência. As receitas e os custos relacionados às apólices com faturamento mensal, cuja emissão da fatura ocorre no mês subsequente ao período de cobertura, são reconhecidos por estimativa, calculados com base no histórico de emissão. Os valores estimados são mensalmente ajustados quando da emissão da fatura/apólice. Os saldos relativos aos riscos vigentes e não emitidos foram calculados e registrados conforme metodologia definida em Nota Técnica Atuarial. 3.15.1.1 Receitas de juros: As receitas de juros de instrumentos financeiros (incluindo as receitas de juros de instrumentos avaliados ao valor justo através do resultado) são reconhecidas no resultado do exercício segundo o método do custo amortizado. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são diferidos para apropriação no resultado no mesmo prazo do parcelamento dos correspondentes prêmios de seguros. 3.16 Resseguro: Os processos de resseguros são registrados no sistema operacional da Seguradora, de acordo com cada contrato negociado, para cada uma das linhas de coberturas. Os contratos de resseguros facultativos são negociados de acordo com as políticas e a legislação em vigor, sendo a conformidade do processo monitorado pela superintendência de resseguros da Seguradora. No processo de resseguro facultativo, executado pela área técnica da Seguradora, as operações devem ser aprovadas através do controle de aceitação de risco. Além disso, toda a documentação do processo de resseguros é devidamente verificada pela gerência de resseguros da Seguradora. Para evitar o risco de crédito com corretores de resseguros e resseguradoras, foram estabelecidos procedimentos e políticas que visam a manutenção da liquidez das operações. Para tratar tais questões, foi criado um comitê, o qual decide sobre as operações novas e em curso. Todas as alterações nos termos e condições de resseguros estão de acordo com os manuais e políticas de subscrição. Toda e qualquer mudança ocorrida nos termos e condições dos tratados de resseguro são comunicadas para os subscritores pela Superintendência de resseguros da Seguradora. Antes desta comunicação as áreas subscrição/produto executam as alterações no sistema de acordo com as novas condições da apólice.

4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos utilizados pela Administração na preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o CPC.: (i) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de seguros - As estimativas utilizadas na constituição dos passivos de seguros da Seguradora representam a área onde a Seguradora aplica estimativas contábeis mais críticas na preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o CPC. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Seguradora irá liquidar em última instância. A Seguradora utiliza todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e atuários da Seguradora para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido. Consequentemente, os valores provisionados podem diferir dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações. As provisões que são mais impactadas por uso de julgamento e incertezas são aquelas relacionadas aos contratos de seguro. A Seguradora divulga análises de sensibilidade sobre gerenciamento de riscos (Nota 5). (ii) Cálculo de impairment de ativos - A administração avalia anualmente seus ativos para a verificação da necessidade de registro de impairment quando existem evidências claras de que o ativo pode não ser recuperável. (iii) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas. A Seguradora não possui processos judiciais trabalhistas, fiscais e cíveis em aberto na data de preparação das demonstrações financeiras. Adicionalmente, a Seguradora utiliza seu melhor julgamento sobre estes casos, informações históricas de perdas onde existe alto grau de julgamento aplicado para a constituição destas provisões segundo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

5. Gerenciamento de riscos: 5.1. Gestão de risco: A Seguradora, de forma geral está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros: • Risco de subscrição de seguro; • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado; • Risco operacional; • Risco de capital; • Análise de sensibilidade; • Risco financeiro. Em termos gerais, o sistema de gerenciamento de risco da Seguradora engloba o conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o seu desempenho, proteger seus acionistas, investidores, clientes, empregados, fornecedores, etc., bem como facilitar o acesso ao capital, agregar valor e contribuir para a sustentabilidade, envolvendo principalmente aspectos ligados à ética, transparência e prestação de contas. A estrutura de gerenciamento de risco é adaptada ao porte de negócios da Seguradora e, é conduzida no dia a dia pelos membros da Diretoria, pela área de Risco e pelos responsáveis de cada uma das áreas da Seguradora, que atuam no sentido de identificar em toda a organização eventos de risco potencial que são capazes de afetar os objetivos estratégicos da Seguradora, possibilitando que a Administração conheça-os de modo a mantê-los compatíveis com o apetite ao risco desejado. 5.2. Gestão do risco de subscrição: O risco de subscrição é a possibilidade de haver perdas decorrentes de falhas na especificação das condições de aceitação, na tarificação do produto ou ainda de efetuar provisões técnicas insuficientes, tecnicamente mal dimensionadas ou elaborar políticas de resseguro ou transferência de risco inadequada. (a) Mitigadores do risco de aceitação do produto - O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades é acompanhado em estrutura que proporciona o aperfeiçoamento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de brechas que comprometam sua adequada identificação e mensuração. O monitoramento dos nossos produtos permite acompanhar e adequar quando necessário às tarifas praticadas bem como avaliar a eventual necessidade de alterações. As estratégias e metas de subscrição são ajustadas pela administração e divulgadas por meio das políticas internas

e manuais de práticas e procedimentos. (b) Mitigadores do risco de subscrição -o risco de seguro é o risco transferido por qualquer contrato de seguros onde tenha a possibilidade de ocorrer sinistro, incerteza sobre o valor da indenização. O Risco de subscrição advém de uma situação econômica adversa que vai contra as expectativas da Companhia no momento da política de subscrição no que se refere as incertezas existentes tanto na definição das premissas atuariais quanto na constituição das provisões técnicas e cálculo dos prêmios de seguro. As políticas de subscrição e aceitação de riscos são periodicamente avaliadas através de grupos de trabalho. São feitos os acompanhamentos para gestão dos riscos, onde uma das principais atribuições é o desenvolvimento do modelo interno para cálculo do capital adicional baseado no risco de subscrição. (c) Mitigadores do risco de resseguro - no Brasil o risco da compra de resseguros é relativamente amenizado em função das regras legais e regulamentares existentes, uma vez que as seguradoras devem operar com resseguradores registrados junto a SUSEP que são classificados como admitido e eventual, com sede no exterior, devem atender a requisitos mínimos específicos, previstos na legislação em vigor. A política de compra de resseguros e aprovação dos resseguradores que integram os seus contratos competem à diretora da Companhia, que busca trabalhar dentro de suas capacidades contratuais, evitando assim a compra frequente de coberturas em contratos facultativos e exposições mais elevadas ao risco de crédito. (d) Mitigadores do risco de provisões técnicas insuficientes - como forma de mitigar o risco de efetuar provisões insuficientes, o teste de adequação de Passivo realizados em 31 de dezembro de 2014 possibilita averiguar a adequação do montante contábil registrado a título de provisões técnicas, considerando as premissas mínimas determinadas pelos órgãos reguladores do mercado segurador brasileiro. Sensibilidade ao risco de subscrição: O teste de sensibilidade foi elaborado para explicar como serão afetados o resultado e o patrimônio líquido caso ocorram alterações razoavelmente possíveis nas variáveis de risco relevantes à data de balanço. Como fator de risco foi eleita a sinistralidade. Simulamos como uma elevação de 25% na sinistralidade da carteira teria impactado no Patrimônio Líquido e Resultado em 31 de dezembro de 2014:

Fator de risco	Premissas	Impacto no resultado 31/12/2014
Sinistralidade	Diminuição de 25%	1.130
Sinistralidade	Aumento de 25%	(1.130)
O impacto no resultado após os impostos é de 17% e sobre o Patrimônio Líquido é de 5% em 31 de dezembro de 2014.		

Fator de risco	Premissas	Impacto no resultado 31/12/2013
Sinistralidade	Diminuição de 5%	19
Sinistralidade	Aumento de 5%	(19)
Em 31 de dezembro de 2013, a simulação foi realizada com uma elevação de 5% na sinistralidade da carteira. O impacto sobre o resultado é de 0,5% e sobre o patrimônio líquido de 0,2%. 5.3. Gestão de risco de crédito: Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente de recebíveis de clientes e em ativos financeiros. No que se refere a ativos financeiros, a Seguradora monitora o cumprimento da política de risco de crédito para garantir que os limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidas. Limites de risco de crédito são determinados com base no <i>rating</i> de crédito da contraparte para garantir que a exposição global ao risco de crédito seja gerenciada e controlada dentro das políticas estabelecidas. A exposição máxima de risco de crédito originada de prêmios a serem recebidos de segurados é substancialmente reduzida onde a cobertura de sinistros pode ser cancelada caso os pagamentos dos prêmios não sejam efetuados na data do vencimento. Para o controle e avaliação do risco de crédito, a Seguradora utiliza a classificação de risco de crédito das emissões não-bancárias e bancárias das agências classificadoras de risco em funcionamento no País. Se duas ou mais agências classificarem o mesmo papel, a Seguradora adotará, para fins de classificação de risco de crédito, aquela mais conservadora. A política de gestão de riscos da Seguradora visa assegurar que a carteira de investimentos esteja adequada ao perfil e limites de risco apropriados ao negócio da empresa e alinhados à política de investimento definida. A Seguradora busca realizar a gestão dos ativos financeiros através da diversificação das aplicações quanto ao nível de exposição e limites de alocação dos ativos, visando mitigar os riscos e garantir retornos sustentáveis. A tabela a seguir apresenta os ativos financeiros, distribuídos por ratings de crédito fornecidos pela agência classificadora de risco Fitch. Composição da carteira por classe e por categoria contábil em 31 de dezembro de 2014:		

Classificação	A-	Sem rating	Valor de mercado
Caixa e bancos	-	30	30
Empréstimos e recebíveis - prêmios a receber.....	-	9.637	9.637
Valor justo por meio do resultado			
Ativos pós-fixados	11.664	2.892	14.556
Públicos	11.664	-	11.664
Letras Financeiras do Tesouro (LFT).....	5.099	-	5.099
Notas do Tesouro Nacional- Série B(NTN-B)....	6.565	-	6.565
Privados	-	2.892	2.892
Recibo de Depósito Cooperativo (RDC).....	-	2.662	2.662
Certificado de depósitos bancários (CDB)	-	230	230
Exposição máxima ao risco de crédito	11.664	12.559	24.223

O valor justo de instrumentos negociados num mercado ativo é baseado em preços cotados em mercado ativo na data de balanço. 5.4. Gestão do risco de liquidez: A gestão do risco de liquidez se dá pela capacidade da Seguradora gerar, através do curso normal do negócio bem como com o gerenciamento do seu portfólio de investimentos, o volume de capital suficiente para saldar seus compromisso, sejam estes referentes às despesas operacionais ou mesmo à cobertura das reservas relacionadas aos riscos do negócio. Localmente, seguimos a política corporativa do grupo Sancor para a gestão de caixa e investimentos. A política define as regras

de investimento, composição das carteiras de ativo e limites para cada carteira. 5.5. Gestão de risco de mercado: Risco de mercado é o risco que, alterações nos preços de mercado, têm sobre os ganhos da Seguradora sobre o valor de suas participações em instrumentos financeiros. Os limites de risco de mercado são estabelecidos com base em política corporativa definida pelo grupo Sancor e aprovados localmente no Conselho da Administração. Taxa de juros: Para reduzir a exposição às variações nas taxas de juros do mercado doméstico, a Seguradora realiza suas aplicações financeiras em títulos públicos e títulos privados indexadas à variação do CDI. Sensibilidade à taxa de juros: A taxa SELIC, conforme projeções econômicas do mercado, estará em 12,5% para o ano de 2015. Na presente análise de sensibilidade foi considerada a variável taxa de juros como fator de risco. Simulamos como uma elevação e diminuição de 2,5% na taxa de juros Selic, teriam impactado no Patrimônio Líquido e resultado em 31 de dezembro de 2014:

Fator de risco	Premissas	Impacto no resultado 31/12/2014
Taxa de juros	Diminuição de 2,5% na Selic	218
Taxa de juros	Aumento de 2,5% na Selic	(218)
O impacto no resultado após os impostos é de 3% e sobre o Patrimônio Líquido é de 1% em 31 de dezembro de 2014.		

Fator de risco	Premissas	Impacto no resultado 31/12/2013
Taxa de juros	Diminuição de 5% na Selic	38
Taxa de juros	Aumento de 5% na Selic	(38)
Em 31 de dezembro de 2013, simulamos como uma elevação e diminuição de 5% na taxa de juros Selic. O impacto sobre o resultado é de 1 % e sobre o Patrimônio Líquido de 0,4%. Câmbio: A Seguradora não possui instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio ou outro indicador. Para todos os instrumentos financeiros, o CPC 40, requer a divulgação relacionada a mensuração do valor justo com base nos seguintes níveis: • Preços quotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos (nível 1). • Inputs de outros preços quotados não incluídos em nível 1 os quais são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivado dos preços) (nível 2). • Inputs para o ativo ou passivo que não são com base em dados observáveis do mercado (input não-observável) (nível 3). As aplicações financeiras da Seguradora estão classificadas como:		

	Nível I	Nível II	Valor de mercado
Letras Financeiras do Tesouro (LFT).....	5.099	-	5.099
Notas do Tesouro Nacional - Serie B (NTN-B)...	6.565	-	6.565
Certificado de Depósitos Bancários (CDB)	-	230	230
Recibo de Deposito Cooperativo (RDC)	-	2.662	2.662
	11.664	2.892	14.556

5.6. Gestão do risco operacional: A Seguradora define risco operacional como o risco de perdas resultantes de processos internos falhos ou inadequados, provenientes de todas as áreas de negócios. No ano de 2014 a concentração bruta de risco para os produtos da Seguradora estão distribuídos na região sul da seguinte forma:

Produto	Região Sul
Compreensivo Residencial.....	618
Compreensivo Condomínio	4
Compreensivo Empresarial	905
Riscos Nomeados e Operacionais.....	2.121
Acidentes Pessoais de Passageiros - APP	6
Carta Verde.....	2
Automóvel - Casco	815
Responsabilidade Civil Facultativo de Veículos.....	585
Prestamista (exceto Habitacional e Rural).....	1.144
Acidentes Pessoais Coletivo	20
Vida Coletivo	1.494
Seguro Agrícola sem cobertura do FESR	1.111
Seguro Benfeitorias e Produtos Agropecuários	1
Seguro de Vida do Produtor Rural	35
Acidentes Pessoais Individual.....	135
Vida Individual.....	641
Total geral	9.637
Produto (Resseguro líquido de Comissão)	Região Sul
Compreensivo Residencial.....	186
Compreensivo Condomínio	6
Compreensivo Empresarial	164
Riscos Nomeados e Operacionais.....	363
Acidentes Pessoais de Passageiros - APP	1
Automóvel - Casco	(54)
Responsabilidade Civil Facultativo de Veículos.....	8
Prestamista (exceto Habitacional e Rural).....	157
Acidentes Pessoais Coletivo	1
Vida Coletivo	168
Seguro Agrícola sem cobertura do FESR	3.341
Seguro Benfeitorias e Produtos Agropecuários	2
Penhor Rural	1
Seguro de Vida do Produtor Rural	7
Acidentes Pessoais Individual.....	10
Vida Individual.....	52
Total	4.413
Total líquido	5.224
Excesso de Danos	Região Sul
COOPERGAY do Brasil Corretora de Seguros Ltda.....	619
Total	619

continua...

...continuação

SANCOR SEGUROS DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 - Em milhares de reais

5.7. Gestão de risco de capital - capital adicional para risco de subscrição e de crédito: A SUSEP, acompanhando a tendência mundial de fortalecimento do mercado segurador, divulgou normas que alteraram, a partir de Janeiro de 2008, as regras de alocação de capital dos riscos provenientes da subscrição para os diversos ramos de seguros e também os critérios de atuação do órgão regulador em relação à eventual insuficiência de capital das Seguradoras. A partir de 2011, passaram a vigorar regras de alocação de capital para os riscos provenientes das operações de crédito realizadas com congêneres, resseguradores e entidades financeiras. O Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) da Seguradora está sendo apresentado na Nota 25. Visando a adoção das melhoras práticas de gestão de risco, a Seguradora está estudando modelo interno para cálculo do capital requerido. 5.8. Gestão de riscos financeiros: A carteira de investimentos está substancialmente protegida de riscos financeiros, os riscos são monitorados através de instrumentos e modelos de análise de risco, pelo Banco do Brasil S.A. e Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), que leva em consideração o cenário econômico e os requerimentos regulatórios que norteiam os negócios e ativos financeiros da Seguradora. Com o objetivo de promover uma melhor gestão e controle da carteira e dos riscos financeiros existentes, é realizado o estudo de Gestão de Ativos e Passivos a fim de adequar os parâmetros da carteira de ativos à do passivo, garantindo assim a solvência e os recursos de caixa necessários à operação.

Os principais fatores de risco que afetam o negócio da Seguradora são:

Classe	Premissas	Saldo contábil	Varição resultada	Saldo impactado
Ativos pré-fixados públicos				
Notas do Tesouro Nacional - série B (NTN-B)	Aumento de 1,06% na taxa	6.565	70	6.635
Ativos pós-fixados públicos				
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	Aumento de 1,11% na taxa	5.099	56	5.155
Inflação				
Certificados de Depósitos Bancários (CDB)	Aumento de 1,11% na taxa	230	3	233
Outros				
Recibo de Depósito Cooperativo (RDC)	Aumento de 1,11% na taxa	2.662	29	2.691
		14.556	158	14.714
			40	

Impacto líquido de efeito tributário

A Seguradora possui como política de gestão de risco financeiro, a contratação de produtos financeiros prontamente disponíveis no mercado brasileiro, cujo valor de mercado pode ser mensurado com confiabilidade, visando alta liquidez para honrar suas obrigações futuras e como uma política prudente de gestão de risco de liquidez.

6. Caixa e equivalente de caixa: Composto pelos valores da rubrica "Disponível":

	31/12/2014	31/12/2013
Caixa e saldos bancários	30	12
Total	30	12

7. Ativos financeiros: 7.1. Aplicações (ao valor justo por meio de resultado):

A classificação das aplicações financeiras por categoria e prazo de vencimento é apresentada da seguinte forma em 31 de dezembro de 2014:

	31/12/2014			
	Acima de 365 dias	Valor contábil	Valor de mercado	%
Valor justo por meio do resultado	14.556	14.556	14.556	100%
Fundo de investimento	11.664	11.664	11.664	80%
Letras financeiras de tesouro -LFT	5.099	5.099	5.099	35%
Notas do tesouro nacional -NTN-B	6.565	6.565	6.565	45%
Carteira administrada	2.892	2.892	2.892	20%
Certificado de depósito bancário - CDB	230	230	230	2%
Títulos de renda fixa - RDC	2.662	2.662	2.662	18%
Total	14.556	14.556	14.556	100%
	31/12/2013			
	Acima de 365 dias	Valor contábil	Valor de mercado	%
Valor justo por meio do resultado	5.786	5.786	5.786	100%
Fundo de investimento	3.094	3.094	3.094	54%
Letras financeiras de tesouro -LFT	3.094	3.094	3.094	54%
Carteira administrada	2.692	2.692	2.692	46%
Certificado de depósito bancário - CDB	771	771	771	13%
Títulos de renda fixa - RDC	1.921	1.921	1.921	33%
Total	5.786	5.786	5.786	100%

A taxa de juros contratada para as aplicações da carteira é o CDI.

As movimentações das aplicações no exercício estão abaixo demonstradas:

	31/12/2013	Aplicações	Resgate	Rendimentos	31/12/2014
Letras financeiras de tesouro - LFT	3.094	1.523	-	482	5.099
Notas do tesouro nacional -NTN-B	-	6.435	-	130	6.565
Certificado de depósito bancário - CDB	771	-	(563)	22	230
Títulos de renda fixa - RDC	1.921	23.311	(22.948)	378	2.662
Circulante	5.786	31.269	(23.511)	1.012	14.556

7.2. Ativos em cobertura de provisões técnicas:

	31.12.2014	31.12.2013
Letras financeiras de tesouro - LFT	5.099	3.094
Notas do tesouro nacional - NTN-B	6.565	-
Total dos ativos em cobertura	11.664	3.094
Provisões Técnicas - seguros	15.199	2.562
(-) Ativos de Resseguros - Provisões Técnicas	(982)	(177)
(-) Direitos Creditórios (*)	(3.630)	-
Total a ser coberto	10.587	2.385
Excedente de Cobertura	1.077	709

(*) A Empresa utiliza os direitos creditórios como redutor da necessidade de cobertura por ativos garantidores com base nos prêmios a receber, na proporção

dos riscos a decorrer, considerando cada parcela não vencida, na data base de cálculo, líquidas das parcelas cedidas em cosseguro e dos montantes relativos aos ativos de resseguro, conforme Circular SUSEP nº 452 de 04 de dezembro de 2012.

8. Crédito das operações com seguros e resseguros:

8.1. Prêmios a receber:

	31/12/2014			
	Prêmios a Receber de Segurados	Redução ao Valor Recuável	Prêmios a Receber Líquido	Período médio de parcelamento Mensal
Ramos				
Compreensivo Residencial	660	(42)	618	12
Compreensivo Condomínio	4	-	4	10
Compreensivo Empresarial	920	(15)	905	12
Riscos Nomeados e Operacionais	2.121	-	2.121	10
Acidentes Pessoais de Passageiros - APP	6	-	6	4
Carta Verde	2	-	2	4
Automóvel - Casco	817	(2)	815	4
Responsabilidade Civil Facultativo de Veículos	587	(2)	585	4
Prestamista (exceto Habitacional e Rural)	1.144	-	1.144	1
Acidentes Pessoais Coletivo	20	-	20	1
Vida Coletivo	1.516	(22)	1.494	12
Seguro Agrícola sem cobertura do FESR	1.111	-	1.111	1
Seguro Benfeitorias e Produtos Agropecuários	1	-	1	2
Seguro de Vida do Produtor Rural	35	-	35	1
Acidentes Pessoais Individual	148	(13)	135	1
Vida Individual	665	(24)	641	6
Total	9.757	(120)	9.637	5

9.1. Ativos de resseguro - provisões técnicas:

	Prêmio de resseguro diferido	Sinistros de resseguros
ATIVO		
Compreensivo Residencial	79	-
Compreensivo Condomínio	4	1
Compreensivo Empresarial	310	72
Riscos Nomeados e Operacionais	1.077	(7)
Automóvel - Casco	72	-
Prestamista (exceto Habitacional e Rural)	24	-
Vida Coletivo	91	-
Seguro Agrícola sem cobertura do FESR	1.026	202
Seguro de Vida do Produtor Rural	1	-
Acidentes Pessoais Individual	10	-
Vida Individual	70	80
Totais	2.764	348

	Prêmio de resseguro diferido	Sinistros de resseguros
ATIVO		
Compreensivo Residencial	41	-
Compreensivo Empresarial	16	-
Riscos Nomeados e Operacionais	9	-
Prestamista (exceto Habitacional e Rural)	5	-
Vida Coletivo	35	1
Seguro Agrícola sem cobertura do FESR	46	-
Acidentes Pessoais Individual	2	-
Vida Individual	9	-
Totais	163	13

10. Títulos e créditos a receber:

	31/12/2014	31/12/2013
10.1. Títulos e créditos a receber:		
SANCOR Argentina	215	194
Subvenções governamentais (i)	248	26
Títulos e créditos a receber	233	13
	696	233

(i) A partir de dezembro de 2013 a Seguradora passou a operar com seguro agrícola que possui o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural - PSR.

10.2. Créditos tributários - Circulante:

	31/12/2014	31/12/2013
Imposto de renda a compensar (*)	2	2
Antecipação de imposto de renda	6	6
Antecipação de contribuição social	6	6
COFINS a Compensar	22	-
PIS a compensar	3	-
Outros créditos tributários	72	-
	111	14

(*) Refere-se a retenção na fonte sobre aplicações financeiras de renda fixa.

	31/12/2014	31/12/2013
10.3. Outros Créditos:		
Outros créditos		
Adiantamentos fêrias	23	7
Adiantamentos viagens	4	1
Adiantamentos a fornecedores	17	12
Total	44	20

	31/12/2013		
	Prêmios a Receber de Segurados	Redução ao Valor Recuável	Prêmios a Receber Líquido
Ramos			Período médio de parcelamento Mensal
Compreensivo Residencial	246	(1)	245 12
Compreensivo Condomínio	2	-	2 10
Compreensivo Empresarial	92	-	92 12
Riscos Nomeados e Operacionais	25	-	25 10
Prestamista (exceto Habitacional e Rural)	636	-	636 1
Acidentes Pessoais Coletivo	1	-	1 4
Vida Coletivo	707	-	707 12
Seguro Agrícola sem cobertura do FESR	18	-	18 1
Penhor Rural	3	-	3 4
Seguro de Vida do Produtor Rural	14	-	14 1
Acidentes Pessoais Individual	80	-	80 12
Vida Individual	346	(1)	345 12
Total	2.170	(2)	2.168 8

8.2. Composição quanto aos prazos de vencimento

	31/12/2014	31/12/2013
Vencidos até 30 dias	476	38
Vencidos de 31 a 60 dias	41	4
Vencidos a mais de 61 dias	59	2
A vencer até 30 dias	4.766	1.118
A vencer de 31 a 60 dias	1.220	157
A vencer de 61 a 180 dias	2.717	475
A vencer superior a 180 dias	478	376
Total	9.757	2.170

9. Créditos de Resseguros:

	31/12/2014	
	Sinistros Pagos resseguros	Total créditos de resseguros - Sinistros Pagos
ATIVO		
Compreensivo Condomínio	1	1
Compreensivo Empresarial	1	1
Riscos Nomeados e Operacionais	29	29
Vida Coletivo	100	100
Seguro Agrícola sem cobertura do FESR	398	398
Totais	529	529

Não existiam saldos na rubrica "operações com resseguradoras" no exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

	31/12/2014	
	Total Ativos de resseguro - Provisões técnicas	
Prêmio de resseguro diferido	81	
Sinistros de resseguros	5	
IBNR-Sinistros ocorridos e não avisados	396	
Provisão de despesas relacionadas	1.242	
	73	
	39	
	126	
	1.574	
	2	
	12	
	195	
	3.745	

	31/12/2013	
	Total Ativos de resseguro - Provisões técnicas	
Prêmio de resseguro diferido	42	
Sinistros de resseguros	17	
IBNR-Sinistros ocorridos e não avisados	10	
Provisão de despesas relacionadas	6	
	41	
	48	
	2	
	11	
	177	

11. Despesas antecipadas:

	31/12/2014	31/12/2013
Descrição		
COOPERGAY do Brasil Corretora de Seguros Ltda. (*)	619	287
	619	287

(*) A Seguradora mantém junto a COOPERGAY um contrato de intermediação junto aos seus resseguradores.

12. Custos Aquisição Diferidos:

	31/12/2014	31/12/2013
Custos de aquisição diferidos		
Compreensivo Residencial	235	101
Compreensivo Condomínio	3	-
Compreensivo Empresarial	165	29
Acidentes Pessoais de Passageiros - APP	1	-
Automóvel - Casco	168	-
Responsabilidade Civil Facultativo de Veículos	121	-
Riscos Nomeados e Operacionais	378	6
Prestamista (exceto Habitacional e Rural)	350	131
Acidentes Pessoais Coletivo	3	-
Vida Coletivo	241	157
Seguro Agrícola sem cobertura do FESR	135	7
Seguro Benfeitorias e Produtos Agropecuários	1	-
Penhor Rural	-	1
Seguro de Vida do Produtor Rural	10	1
Acidentes Pessoais Individual	104	54
Vida Individual	244	90
Total	2.159	577

Os custos diferidos são representados por comissões sobre prêmios emitidos diferidos pro - rata dia com base na vigência das apólices.

...continua...



...continuação

SANCOR SEGUROS DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 - Em milhares de reais

13. Ativo Não Circulante:			31/12/2014			31/12/2013		
Créditos tributários e previdenciários								
Imposto de Renda sobre prejuízos fiscais			4.369			1.718		
Contribuição Social sobre prejuízos fiscais			2.621			1.031		
Total			6.990			2.749		
14. Investimento: A Seguradora possui investimento em cotas de cooperativas. Segue o quadro dos investimentos:								
Investimento em cotas			31/12/2014			31/12/2013		
Cooperativa de Poupança e Crédito de Livre Admissão da Região de Maringá - SICOOB Metropolitano			34			1		
Cooperativa de Crédito dos Empresários da Grande Curitiba e Campos Gerais - SICOOB Sul			2			1		
Cooperativa de Crédito de livre admissão de Associados da Região Oeste - SICOOB Oeste			1			-		
Total			37			2		
15. Imobilizado:			31/12/2014			31/12/2013		
			Taxa anual de depreciação			Depreciação acumulada		
Descrição			Custo			Saldo líquido		
Benfeitorias em imóveis de terceiros			20% 484			(160) 324		
Equipamentos			20% 227			(47) 180		
Móveis, máquinas e utensílios			10% 208			(28) 180		
Veículos			20% 206			(47) 159		
			1.125			(282) 843		
			31/12/2013					
			Taxa anual de depreciação			Depreciação acumulada		
Descrição			Custo			Saldo líquido		
Benfeitorias em imóveis de terceiros			20% 148			(46) 102		
Equipamentos			20% 108			(13) 95		
Móveis, máquinas e utensílios			10% 139			(8) 131		
Veículos			20% 95			(4) 91		
			490			(71) 419		
			31/12/2014			31/12/2013		
			Taxa anual de amortização			Amortização acumulada		
Descrição			Custo			Saldo líquido		
Direito de uso de software de terceiros			20% 4.230			(606) 3.624		
			4.230			(606) 3.624		

13. Ativo Não Circulante:			31/12/2014			31/12/2013		
Créditos tributários e previdenciários								
Imposto de Renda sobre prejuízos fiscais			4.369			1.718		
Contribuição Social sobre prejuízos fiscais			2.621			1.031		
Total			6.990			2.749		
14. Investimento: A Seguradora possui investimento em cotas de cooperativas. Segue o quadro dos investimentos:								
Investimento em cotas			31/12/2014			31/12/2013		
Cooperativa de Poupança e Crédito de Livre Admissão da Região de Maringá - SICOOB Metropolitano			34			1		
Cooperativa de Crédito dos Empresários da Grande Curitiba e Campos Gerais - SICOOB Sul			2			1		
Cooperativa de Crédito de livre admissão de Associados da Região Oeste - SICOOB Oeste			1			-		
Total			37			2		
15. Imobilizado:			31/12/2014			31/12/2013		
			Taxa anual de depreciação			Depreciação acumulada		
Descrição			Custo			Saldo líquido		
Benfeitorias em imóveis de terceiros			20% 484			(160) 324		
Equipamentos			20% 227			(47) 180		
Móveis, máquinas e utensílios			10% 208			(28) 180		
Veículos			20% 206			(47) 159		
			1.125			(282) 843		
			31/12/2013					
			Taxa anual de depreciação			Depreciação acumulada		
Descrição			Custo			Saldo líquido		
Benfeitorias em imóveis de terceiros			20% 148			(46) 102		
Equipamentos			20% 108			(13) 95		
Móveis, máquinas e utensílios			10% 139			(8) 131		
Veículos			20% 95			(4) 91		
			490			(71) 419		
			31/12/2014			31/12/2013		
			Taxa anual de amortização			Amortização acumulada		
Descrição			Custo			Saldo líquido		
Direito de uso de software de terceiros			20% 4.230			(606) 3.624		
			4.230			(606) 3.624		

13. Ativo Não Circulante:			31/12/2014			31/12/2013		
Créditos tributários e previdenciários								
Imposto de Renda sobre prejuízos fiscais			4.369			1.718		
Contribuição Social sobre prejuízos fiscais			2.621			1.031		
Total			6.990			2.749		
14. Investimento: A Seguradora possui investimento em cotas de cooperativas. Segue o quadro dos investimentos:								
Investimento em cotas			31/12/2014			31/12/2013		
Cooperativa de Poupança e Crédito de Livre Admissão da Região de Maringá - SICOOB Metropolitano			34			1		
Cooperativa de Crédito dos Empresários da Grande Curitiba e Campos Gerais - SICOOB Sul			2			1		
Cooperativa de Crédito de livre admissão de Associados da Região Oeste - SICOOB Oeste			1			-		
Total			37			2		
15. Imobilizado:			31/12/2014			31/12/2013		
			Taxa anual de depreciação			Depreciação acumulada		
Descrição			Custo			Saldo líquido		
Benfeitorias em imóveis de terceiros			20% 484			(160) 324		
Equipamentos			20% 227			(47) 180		
Móveis, máquinas e utensílios			10% 208			(28) 180		
Veículos			20% 206			(47) 159		
			1.125			(282) 843		
			31/12/2013					
			Taxa anual de depreciação			Depreciação acumulada		
Descrição			Custo			Saldo líquido		
Benfeitorias em imóveis de terceiros			20% 148			(46) 102		
Equipamentos			20% 108			(13) 95		
Móveis, máquinas e utensílios			10% 139			(8) 131		
Veículos			20% 95			(4) 91		
			490			(71) 419		
			31/12/2014			31/12/2013		
			Taxa anual de amortização			Amortização acumulada		
Descrição			Custo			Saldo líquido		
Direito de uso de software de terceiros			20% 4.230			(606) 3.624		
			4.230			(606) 3.624		

13. Ativo Não Circulante:			31/12/2014			31/12/2013		
Créditos tributários e previdenciários								
Imposto de Renda sobre prejuízos fiscais			4.369			1.718		
Contribuição Social sobre prejuízos fiscais			2.621			1.031		
Total			6.990			2.749		
14. Investimento: A Seguradora possui investimento em cotas de cooperativas. Segue o quadro dos investimentos:								
Investimento em cotas			31/12/2014			31/12/2013		
Cooperativa de Poupança e Crédito de Livre Admissão da Região de Maringá - SICOOB Metropolitano			34			1		
Cooperativa de Crédito dos Empresários da Grande Curitiba e Campos Gerais - SICOOB Sul			2			1		
Cooperativa de Crédito de livre admissão de Associados da Região Oeste - SICOOB Oeste			1			-		
Total			37			2		
15. Imobilizado:			31/12/2014			31/12/2013		
			Taxa anual de depreciação			Depreciação acumulada		
Descrição			Custo			Saldo líquido		
Benfeitorias em imóveis de terceiros			20% 484			(160) 324		
Equipamentos			20% 227			(47) 180		
Móveis, máquinas e utensílios			10% 208			(28) 180		
Veículos			20% 206			(47) 159		
			1.125			(282) 843		
			31/12/2013					
			Taxa anual de depreciação			Depreciação acumulada		
Descrição			Custo			Saldo líquido		
Benfeitorias em imóveis de terceiros			20% 148			(46) 102		
Equipamentos			20% 108			(13) 95		
Móveis, máquinas e utensílios			10% 139			(8) 131		
Veículos			20% 95			(4) 91		
			490			(71) 419		
			31/12/2014			31/12/2013		
			Taxa anual de amortização			Amortização acumulada		
Descrição			Custo			Saldo líquido		
Direito de uso de software de terceiros			20% 4.230			(606) 3.624		
			4.230			(606) 3.624		

13. Ativo Não Circulante:			31/12/2014			31/12/2013		
Créditos tributários e previdenciários								
Imposto de Renda sobre prejuízos fiscais			4.369			1.718		
Contribuição Social sobre prejuízos fiscais			2.621			1.031		
Total			6.990			2.749		
14. Investimento: A Seguradora possui investimento em cotas de cooperativas. Segue o quadro dos investimentos:								
Investimento em cotas			31/12/2014			31/12/2013		
Cooperativa de Poupança e Crédito de Livre Admissão da Região de Maringá - SICOOB Metropolitano			34			1		
Cooperativa de Crédito dos Empresários da Grande Curitiba e Campos Gerais - SICOOB Sul			2			1		
Cooperativa de Crédito de livre admissão de Associados da Região Oeste - SICOOB Oeste			1			-		
Total			37			2		
15. Imobilizado:			31/12/2014			31/12/2013		
			Taxa anual de depreciação			Depreciação acumulada		
Descrição			Custo			Saldo líquido		
Benfeitorias em imóveis de terceiros			20% 484			(160) 324		
Equipamentos			20% 227			(47) 180		
Móveis, máquinas e utensílios			10% 208			(28) 180		
Veículos			20% 206			(47) 159		
			1.125			(282) 843		
			31/12/2013					
			Taxa anual de depreciação			Depreciação acumulada		
Descrição			Custo			Saldo líquido		
Benfeitorias em imóveis de terceiros			20% 148			(46) 102		
Equipamentos			20% 108			(13) 95		
Móveis, máquinas e utensílios			10% 139			(8) 131		
Veículos			20% 95			(4) 91		
			490			(71) 419		
			31/12/2014			31/12/2013		
			Taxa anual de amortização			Amortização acumulada		
Descrição			Custo			Saldo líquido		
Direito de uso de software de terceiros			20% 4.230			(606) 3.624		
			4.230			(606) 3.624		

13. Ativo Não Circulante:			31/12/2014			31/12/2013		
Créditos tributários e previdenciários								
Imposto de Renda sobre prejuízos fiscais			4.369			1.718		
Contribuição Social sobre prejuízos fiscais			2.621			1.031		
Total			6.990			2.749		
14. Investimento: A Seguradora possui investimento em cotas de cooperativas. Segue o quadro dos investimentos:								
Investimento em cotas			31/12/2014			31/12/2013		
Cooperativa de Poupança e Crédito de Livre Admissão da Região de Maringá - SICOOB Metropolitano			34			1		
Cooperativa de Crédito dos Empresários da Grande Curitiba e Campos Gerais - SICOOB Sul			2			1		
Cooperativa de Crédito de livre admissão de Associados da Região Oeste - SICOOB Oeste			1			-		
Total			37			2		
15. Imobilizado:			31/12/2014			31/12/2013		
			Taxa anual de depreciação			Depreciação acumulada		
Descrição			Custo			Saldo líquido		
Benfeitorias em imóveis de terceiros			20% 484			(160) 324		
Equipamentos			20% 227			(47) 180		
Móveis, máquinas e utensílios			10% 208			(28) 180		
Veículos			20% 206			(47) 159		
			1.125			(282) 843		
			31/12/2013					
			Taxa anual de depreciação			Depreciação acumulada		
Descrição			Custo			Saldo líquido		
Benfeitorias em imóveis de terceiros			20% 148			(46) 102		
Equipamentos			20% 108			(13) 95		
Móveis, máquinas e utensílios			10% 139			(8) 131		
Veículos			20% 95			(4) 91		
			490			(71) 419		
			31/12/2014			31/12/2013		
			Taxa anual de amortização			Amortização acumulada		
Descrição			Custo			Saldo líquido		
Direito de uso de software de terceiros			20% 4.230			(606) 3.624		
			4.230			(606) 3.624		

13. Ativo Não Circulante:			31/12/2014			31/12/2013		
Créditos tributários e previdenciários								
Imposto de Renda sobre prejuízos fiscais			4.369			1.718		
Contribuição Social sobre prejuízos fiscais			2.621			1.031		
Total			6.990			2.749		
14. Investimento: A Seguradora possui investimento em cotas de cooperativas. Segue o quadro dos investimentos:								
Investimento em cotas			31/12/2014			31/12/2013		
Cooperativa de Poupança e Crédito de Livre Admissão da Região de Maringá - SICOOB Metropolitano			34			1		
Cooperativa de Crédito dos Empresários da Grande Curitiba e Campos Gerais - SICOOB Sul			2			1		
Cooperativa de Crédito de livre admissão de Associados da Região Oeste - SICOOB Oeste			1			-		
Total			37			2		
15. Imobilizado:			31/12/2014			31/12/2013		
			Taxa anual de depreciação			Depreciação acumulada		
Descrição			Custo			Saldo líquido		
Benfeitorias em imóveis de terceiros			20% 484			(160) 324		
Equipamentos			20% 227			(47) 180		
Móveis, máquinas e utensílios			10% 208			(28) 180		
Veículos			20% 206			(47) 159		
			1.125			(282) 843		
			31/12/2013					
			Taxa anual de depreciação			Depreciação acumulada		
Descrição			Custo			Saldo líquido		
Benfeitorias em imóveis de terceiros			20% 148			(46) 102		
Equipamentos			20% 108			(13) 95		
Móveis, máquinas e utensílios			10% 139			(8) 131		
Veículos			20% 95			(4) 91		
			490			(71) 419		
			31/12/2014			31/12/2013		
			Taxa anual de amortização			Amortização acumulada		
Descrição			Custo			Saldo líquido		
Direito de uso de software de terceiros			20% 4.230			(606) 3.624		
			4.230			(606) 3.624		

13. Ativo Não Circulante:			31/12/2014			31/12/2013		
Créditos tributários e previdenciários								
Imposto de Renda sobre prejuízos fiscais			4.369			1.718		
Contribuição Social sobre prejuízos fiscais			2.621			1.031		
Total			6.990			2.749		
14. Investimento: A Seguradora possui investimento em cotas de cooperativas. Segue o quadro dos investimentos:								
Investimento em cotas			31/12/2014			31/12/2013		
Cooperativa de Poupança e Crédito de Livre Admissão da Região de Maringá - SICOOB Metropolitano			34			1		
Cooperativa de Crédito dos Empresários da Grande Curitiba e Campos Gerais - SICOOB Sul			2			1		
Cooperativa de Crédito de livre admissão de Associados da Região Oeste - SICOOB Oeste			1			-		
Total			37			2		
15. Imobilizado:			31/12/2014			31/12/2013		
			Taxa anual de depreciação			Depreciação acumulada		
Descrição			Custo			Saldo líquido		
Benfeitorias em imóveis de terceiros			20% 484			(160) 324		
Equipamentos			20% 227			(47) 180		
Móveis, máquinas e utensílios			10% 208			(28) 180		
Veículos			20% 206			(47) 159		
			1.125			(282) 843		
			31/12/2013					
			Taxa anual de depreciação			Depreciação acumulada		
Descrição			Custo			Saldo líquido		
Benfeitorias em imóveis de terceiros			20% 148			(46) 102		
Equipamentos			20% 108			(13) 95		
Móveis, máquinas e utensílios			10% 139			(8) 131		
Veículos			20% 95			(4) 91		
			490			(71) 419		
			31/12/2014			31/12/2013		
			Taxa anual de amortização			Amortização acumulada		
Descrição			Custo			Saldo líquido		
Direito de uso de software de terceiros			20% 4.230			(606) 3.624		
			4.230			(606) 3.624		

13. Ativo Não Circulante:			31/12/2014			31/12/2013		
Créditos tributários e previdenciários								
Imposto de Renda sobre prejuízos fiscais			4.369			1.718		
Contribuição Social sobre prejuízos fiscais			2.621			1.031		
Total			6.990			2.749		
14. Investimento: A Seguradora possui investimento em cotas de cooperativas. Segue o quadro dos investimentos:								
Investimento em cotas			31/12/2014			31/12/2013		
Cooperativa de Poupança e Crédito de Livre Admissão da Região de Maringá - SICOOB Metropolitano			34			1		
Cooperativa de Crédito dos Empresários da Grande Curitiba e Campos Gerais - SICOOB Sul			2			1		
Cooperativa de Crédito de livre admissão de Associados da Região Oeste - SICOOB Oeste			1			-		
Total			37			2		
15. Imobilizado:			31/12/2014			31/12/2013		
			Taxa anual de depreciação			Depreciação acumulada		
Descrição			Custo			Saldo líquido		
Benfeitorias em imóveis de terceiros			20% 484			(160) 324		
Equipamentos			20% 227			(47) 180		
Móveis, máquinas e utensílios			10% 208			(28) 180		
Veículos ..								

24. Provisões técnicas - seguros: (a) Provisões técnicas						31/12/2013					
31/12/2014						31/12/2013					
	Prêmios não Ganhos	Sinistros a Liquidar	Sinistros Ocorridos mas não Avisados	Provisão de despesas relacionadas	Total	Passivo	Prêmios não Ganhos	Sinistros a Liquidar	Sinistros Ocorridos mas não Avisados	Provisão de despesas relacionadas	Total
Passivo						Compreensivo Residencial.....	486	55	18	5	564
Compreensivo Residencial.....	1.083	292	81	23	1.479	Compreensivo Condomínio	2	-	-	-	2
Compreensivo Condomínio	11	4	-	-	15	Compreensivo Empresarial.....	138	6	4	2	150
Compreensivo Empresarial.....	1.192	310	37	18	1.557	Riscos Nomeados e Operacionais.....	27	-	3	-	30
Riscos Nomeados e Operacionais.....	2.015	218	230	28	2.491	Prestamista (exceto Habitacional e Rural).....	345	8	30	2	385
Acidentes Pessoais de Passageiros - APP.....	8	-	1	-	9	Acidentes Pessoais Coletivo	1	-	-	-	1
Carta Verde.....	2	-	-	-	2	Vida Coletivo	652	-	88	5	745
Automóvel - Casco	950	65	22	4	1.041	Seguro Agrícola sem cobertura do FESR	68	-	2	-	70
Responsabilidade Civil Facultativo de Veículos.....	682	37	63	5	787	Penhor Rural	3	-	-	-	3
Prestamista (exceto Habitacional e Rural).....	928	161	538	36	1.663	Seguro de Vida do Produtor Rural.....	2	-	2	-	4
Acidentes Pessoais Coletivo	10	43	19	3	75	Acidentes Pessoais Individual.....	144	-	11	1	156
Vida Coletivo	1.191	569	483	54	2.297	Vida Individual.....	346	25	76	5	452
Seguro Agrícola sem cobertura do FESR	1.348	182	354	28	1.912	Total	2.214	94	234	20	2.562
Seguro Benfeitorias e Produtos Agropecuários ..	4	-	1	-	5	(b) Desenvolvimento de sinistros - A seguradora iniciou suas operações em março de 2013 sendo assim apresenta apenas um ano para o desenvolvimento de sinistros para exercícios anteriores. As tabelas a seguir apresentam a atual estimativa do desenvolvimento dos sinistros ocorridos brutos de resseguro, comparada com as correspondentes estimativas do ano anterior. Os sinistros judiciais foram separados dos sinistros não judiciais. Existe apenas um sinistro judicial ocorrido em 2013 e avisado em 2014. Desta forma, apresentamos o desenvolvimento dos sinistros também de forma agregada (judiciais e não judiciais) que apresentam conjuntamente uma falta acumulada de 14%. Considerando o pouco tempo de operação, é esperada uma volatilidade inicial no desenvolvimento dos sinistros.					
Penhor Rural	2	12	2	1	17						
Seguro de Vida do Produtor Rural	32	-	49	3	84						
Acidentes Pessoais Individual.....	275	60	66	6	407						
Vida Individual.....	741	180	406	31	1.358						
Total	10.474	2.133	2.352	240	15.199						

...continuação

SANCOR SEGUROS DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 - Em milhares de reais

		Valores líquidos de resseguro		26.2. Variações das provisões técnicas de prêmios				31/12/2013					
Ano de ocorrência		31/12/2014	31/12/2013			31/12/2014	31/12/2013			Agencia-mento e corre-tagem	Variação das despesas diferidas	Total Custos de aquisição	Índice de Comercia-lização
Incorrido + IBNR				Compreensivo Residencial.....		(597)	(486)	Compreensivo Residencial.....		(163)	96	(67)	8%
Até a data base	5.683	602		Compreensivo Condomínio.....		(10)	(2)	Compreensivo Empresarial.....		(39)	27	(12)	6%
Um ano mais tarde	-	666		Compreensivo Empresarial.....		(1.053)	(138)	Riscos Nomeados e Operacionais...		(5)	4	(1)	3%
Posição em 31/12/2014	5.683	666		Riscos Nomeados e Operacionais.....		(1.988)	(27)	Prestamista (exceto Habitacional e Rural).....		(297)	-	(297)	25%
Pago acumulado				Acidentes Pessoais de Passageiros - APP.....		(8)	-	Acidentes Pessoais Coletivo.....		(7)	1	(6)	120%
Até a data base	2.144	267		Carta Verde.....		(2)	-	Vida Coletivo.....		(186)	130	(56)	6%
Um ano mais tarde	-	485		Automóvel - Casco.....		(950)	-	Seguro Agrícola sem cobertura do FESR.....		(7)	6	(1)	1%
Posição em 31/12/2014	2.144	485		Responsabilidade Civil Facultativo de Veículos.....		(682)	-	Penhor Rural.....		(1)	-	(1)	33%
Provisão de sinistros				Prestamista (exceto Habitacional e Rural).....		(583)	(345)	Seguro de Vida do Produtor Rural..		(14)	-	(14)	30%
Em 31/12/2014	3.539	181		Acidentes Pessoais Coletivo.....		(10)	(1)	Acidentes Pessoais Individual.....		(61)	49	(12)	7%
Falta acumulada		63		Vida Coletivo.....		(539)	(652)	Vida Individual.....		(106)	86	(20)	5%
% falta acumulada		10,50%		Seguro Agrícola sem cobertura do FESR.....		(1.280)	(68)	Total.....		(886)	399	(487)	12%
25. Patrimônio líquido: (a) Capital social - O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2014 é representado por 31.500 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, das quais a SANCOR Seguros Participações S.A. é detentora de 100%.				Seguro Benfeitorias e Produtos Agropecuários.....		(4)	-	Os custos de comercialização são compostos por montantes referentes as comissões e agenciamentos, sendo diferidos nas emissões dos contratos ou apólices e apropriados no resultado, de forma linear pelo prazo médio de 12 meses. Os índices de comercialização foram calculados com base nos prêmios retidos brutos.					
Descrição	31/12/2014	31/12/2013		Penhor Rural.....		1	(3)	26.6. Outras receitas e despesas operacionais:					
Capital Social.....	24.500	9.000		Seguro de Vida do Produtor Rural.....		(30)	(2)		31/12/2014	31/12/2013			
Aumento de capital em aprovação.....	7.000	5.806		Acidentes Pessoais Individual.....		(131)	(144)	Compreensivo Residencial.....	(155)	(1)			
	31.500	14.806		Vida Individual.....		(394)	(346)	Compreensivo Condomínio.....	(17)	-			
				Total.....		(8.260)	(2.214)	Compreensivo Empresarial.....	(159)	-			
(b) Patrimônio líquido ajustado e margem de solvência - A partir das regras de capital mínimo requerido, estabelecidas pelas Resoluções CNSP nº 302 de 2013, e Resolução do CNSP no 300, de 2013 e alterações posteriores, foram realizados todos os cálculos necessários para apurar a suficiência ou insuficiência do patrimônio líquido ajustado da Sancor Seguros do Brasil S.A. Os valores apurados são:								Riscos Nomeados e Operacionais.....	(113)	-			
Descrição	31/12/2014	31/12/2013						Automóvel - Casco.....	(8)	-			
Patrimônio líquido.....	20.600	10.561						Responsabilidade Civil Facultativo de Veículos.....	(3)	-			
Participação em sociedades financeiras e não financeiras.....	(37)	(2)						Prestamista (exceto Habitacional e Rural).....	(81)	-			
Créditos tributários.....	(6.990)	(2.749)						Acidentes Pessoais Coletivo.....	(2)	-			
Ativos intangíveis.....	(3.624)	(2.149)						Vida Coletivo.....	(66)	(6)			
Patrimônio líquido ajustado.....	9.949	5.661						Seguro Agrícola sem cobertura do FESR.....	(90)	-			
	31/12/2014	31/12/2013						Seguro Benfeitorias e Produtos Agropecuários.....	(12)	-			
Capital base (I).....	2.200	2.200						Penhor Rural.....	(9)	-			
Parcela de capital de risco de subscrição.....	3.173	621						Seguro de Vida do Produtor Rural.....	(3)	-			
Parcela de capital de risco de crédito.....	222	73						Acidentes Pessoais Individual.....	(18)	-			
Parcela de capital de risco operacional.....	151	12						Vida Individual.....	(35)	(1)			
Deflator em função da correlação entre os riscos.....	(105)	(33)						Outras despesas.....	-	(92)			
Capital de risco (II).....	3.441	673						Total.....	(771)	(100)			
Capital mínimo requerido - maior valor entre (I) e (II) (i).....	3.441	2.200						26.7. Resultado como Resseguro:					
Suficiência de capital (ii).....	6.508	3.461						(a) Receita com resseguro.....	31/12/2014	31/12/2013			
(i) Foram utilizados os valores de prêmios e sinistros retidos do período de janeiro a maio de 2013 da Sancor Seguros S.A., em conformidade com o previsto no artigo 3º da Circular SUSEP nº413/2010. (ii) O capital mínimo requerido é o maior valor entre o Capital base e o Capital de Risco. (iii) A suficiência (insuficiência) de capital corresponde ao resultado obtido do cálculo do PLA menos Capital Mínimo Requerido. Nos termos da Resolução CNSP nº 302/13, o capital mínimo requerido (CMR) para funcionamento das sociedades seguradoras é definido como o maior valor entre capital base e um capital de risco baseado nos riscos de crédito, subscrição e operacional. Até que o CNSP regule a parcela de risco pertinente ao risco de mercado, a eventual insuficiência de patrimônio líquido ajustado deverá ser aferida em relação ao maior dos valores entre o capital base e capital de risco como demonstrado acima para a data-base de 31 de dezembro de 2014. Conforme apresentado acima, a Seguradora apresentou uma suficiência de R\$ 6.508 do Patrimônio Líquido Ajustado em 31 de dezembro de 2014 em relação ao Capital Mínimo Requerido, em conformidade com a da Resolução CNSP nos 226/2010, 265/2012 e 277/2013.													
26. Detalhamentos das contas da demonstração do resultado:													
26.1. Prêmios emitidos líquidos:													
	31/12/2014												
	Emi- tido	Cance- lado	Resti- tuído	Prêmio Emitido Líquido									
Compreensivo Residencial.....	2.213	(304)	(13)	1.896									
Compreensivo Condomínio.....	22	(2)	-	20									
Compreensivo Empresarial.....	1.975	(174)	(7)	1.795									
Riscos Nomeados e Operacionais.....	4.069	(1.424)	(12)	2.633									
Acidentes Pessoais de Passageiros - APP.....	10	(1)	-	9									
Carta Verde.....	3	-	-	3									
Automóvel - Casco.....	1.138	(58)	(3)	1.077									
Responsabilidade Civil Facultativo de Veículos.....	810	(35)	(3)	772									
Prestamista (exceto Habitacional e Rural).....	7.689	(845)	(40)	6.804									
Acidentes Pessoais Coletivo.....	116	(22)	(1)	93									
Vida Coletivo.....	3.653	(439)	(22)	3.192									
Seguro Agrícola sem cobertura do FESR.....	6.501	(272)	(51)	6.178									
Seguro Benfeitorias e Produtos Agropecuários.....	8	(1)	-	7									
Penhor Rural.....	7	-	-	7									
Seguro de Vida do Produtor Rural.....	369	(31)	(1)	337									
Acidentes Pessoais Individual.....	570	(54)	(1)	515									
Vida Individual.....	1.361	(206)	(2)	1.153									
Total.....	30.514	(3.868)	(156)	26.490									
	31/12/2013												
	Emi- tido	Cance- lado	Resti- tuído	Prêmio Emitido Líquido									
Compreensivo Residencial.....	866	(70)	(2)	794									
Compreensivo Condomínio.....	3	(1)	-	2									
Compreensivo Empresarial.....	242	(31)	(2)	209									
Riscos Nomeados e Operacionais.....	45	(12)	-	33									
Prestamista (exceto Habitacional e Rural).....	1.185	(8)	(10)	1.167									
Acidentes Pessoais Coletivo.....	9	(4)	-	5									
Vida Coletivo.....	1.025	(62)	-	963									
Seguro Agrícola sem cobertura do FESR.....	83	-	-	83									
Penhor Rural.....	3	-	-	3									
Seguro de Vida do Produtor Rural.....	47	-	-	47									
Acidentes Pessoais Individual.....	184	(6)	-	178									
Vida Individual.....	440	(24)	-	416									
Total.....	4.132	(218)	(14)	3.900									
						</							

continua...



continuação

SANCOR SEGUROS DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 - Em milhares de reais

26.10. Resultado financeiro:

Resultado financeiro

Receitas com títulos renda fixa públicos.....

Receitas com títulos renda fixa privados

Receitas com operações de seguros

Outras receitas financeiras

Despesas financeiras

Total

31/12/2014

31/12/2013

897

85

357

413

76

16

33

-

(72)

(8)

1.291

506

27. Imposto de renda e contribuição social:

Imposto de renda e contribuição social

Resultado antes dos impostos e participações.....

Despesas indedutíveis.....

Alíquota nominal - %.....

IRPJ e CSLL

A Seguradora constituiu créditos sobre o prejuízo fiscal decorrente da apuração de Imposto de Renda e base negativa de Contribuição Social sobre o prejuízo

31/12/2014

31/12/2013

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Imp

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE DOUTOR SEVERIANO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Dr. Severiano/RN, inscrito no CNPJ nº 70.031.307/0001-35, com protocolo de Registro Sindical no MTE nº 46217.009319/2012-16, com sede na Rua Raimundo Nogueira, 01 - Centro - Dr. Severiano/RN - Cep: 59.910-000 - convoca pelo presente EDITAL todos os membros da categoria dos trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares, proprietários ou não, que exerçam suas atividades no meio rural, individualmente ou em regime de economia familiar, nos termos do Decreto Lei 1166/1971, ativos e aposentados, no Município de Dr. Severiano - RN, para participarem da ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE DR. SEVERIANO - RN a ser realizada no dia 28 de março de 2015, na Escola Municipal José Neri de Oliveira, com endereço na Trav. Josefa Fernandes Nogueira, com início às 09:00 (nove) horas, em primeira convocação e em segunda convocação, 1 (uma) hora após, observando o quórum estatutário, para tratar da seguinte ordem do dia: 1) Manutenção dos agricultores familiares como base de representação deste Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Dr. Severiano; 2) Anulação da Assembléia Geral realizada na sede da Secretária Municipal de Assistência Social, à Rua Teresinha Guedes, 26 - Centro, Doutor Severiano/RN, para dissociação da categoria dos agricultores familiares e fundação do SINTRAF, acontecida no dia 27/02/2015; 3) Outros assuntos de interesse da Categoria.

Dr. Severiano/RN, 27 de fevereiro de 2015.
MANOEL LAECIO NOGUEIRA
Presidente do Sindicato
CPF: 281.192.314-49
Endereço: Rua João Nogueira de Souza, 23 - Centro - Dr. Severiano/RN

SINDICATO DOS TRANSPORTADORES RODOVIÁRIOS AUTÔNOMOS DE BENS DO ESTADO DE SERGIPE - SINDICAM-SE

CNPJ nº 16.456.048/0001-49

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Pelo presente edital, ficam convocados todos os associados, quites e em pleno gozo de seus direitos, a comparecer à Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens do Estado de Sergipe - SINDICAM-SE, a realizar-se em sua sub-sede estabelecida na Avenida Dr. Luiz Magalhães, nº 772, Itabaiana - Sergipe, CEP: 49500-000, no dia 04 de abril de 2015, às 11:00 horas em 1ª convocação e, às 12:00 horas, em 2ª convocação, para deliberar acerca da seguinte ordem do dia, em atendimento ao inciso II do artigo 22 da Portaria nº 186 do Ministério do Trabalho e Emprego: a) autorização para participação da Assembléia Geral de ratificação da criação da Federação dos Transportadores Autônomos de Cargas das Regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste.

NILSON TAVARES MENDONÇA
Presidente do Sindicato

SINDICATO DOS TRANSPORTADORES RODOVIÁRIOS AUTÔNOMOS DE BENS NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL - SINCAN/MS

CNPJ nº 10.905.713/0001-58

EDITAL DE CONVOCAÇÃO SSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Pelo presente edital, ficam convocados todos os associados, quites e em pleno gozo de seus direitos, a comparecer à Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens no Estado do Mato Grosso do Sul, a realizar-se na Rua Açaí, nº 270, Jardim Itamaracá, Campo Grande - MS, CEP: 79062-302, no dia 04 de abril de 2015, às 11:00 horas em 1ª convocação e, às 12:00 horas, em 2ª convocação, para deliberar acerca da seguinte ordem do dia, em atendimento ao inciso II do artigo 22 da Portaria nº 186 do Ministério do Trabalho e Emprego: a) autorização para participação da Assembléia Geral de ratificação da criação da Federação dos Transportadores Autônomos de Cargas das Regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste.

OSNY CARLOS BELLINATI
Presidente do Sindicato

SISTEMA FIERGS

AVISOS DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRONICO Nº PE 00109/2015DR

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial/SENAI e o Serviço Social da Indústria - SESI, Departamentos Regionais do Rio Grande do Sul entidades que integram o Sistema FIERGS, tornam público a todos os interessados a licitação, na modalidade "PREGÃO ELETRÔNICO", do tipo "Menor Preço", nº PE 00109/2015DR, cujo